

Editorial

Ensino de História e usos do passado: a Antiguidade na formação da identidade nacional brasileira e no currículo

Juliana B. Cavalcanti¹
Felinto Pessoa de Faria Neto²

Editorial recebido em 06 de novembro de 2024
Editorial aceito em 13 de novembro de 2024

Seja no vocabulário seja em monumentos e prédios espalhados nos centros históricos das mais distintas cidades brasileiras, é inegável as fortes influências das sociedades mediterrânicas antigas nos processos de formação ou como uma das bases fundantes da sociedade brasileira. Isso faz com que a Antiguidade seja um período de importante atenção para o professor de História, especialmente em momentos de (i) negacionismo, (ii) apropriações por grupos anti-ciência, (iii) fundamentalistas, (iv) utilização de personagens situados na Antiguidade como forma de legitimação de pautas.

Bons exemplos disso são:

(1) As apropriações feitas pelos governos nazifascistas, na Itália e na Alemanha, do Império Romano como meio de legalizar seus projetos imperialistas e de extermínio às minorias, como judeus, ciganos e pessoas

¹ Coordenadora do LHER-UFRJ. IFES-Colatina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4959-1644>.

² Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação de História Comparada (PPGHC/UFRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5519-2829>.

com deficiência, ao se apresentarem como continuadores ou legítimos herdeiros de supostos “ideais romanos”.

(2) a reescrita de Jesus por grupos fundamentalistas onde Jesus e os primeiros cristãos passam a ser defensores do Estado Mínimo, tais grupos, ainda são fervorosos críticos de políticas de igualdade de gênero, por exemplo.

Somado a isso, observa-se no cenário nacional a permanência de um olhar defasado sobre os nossos materiais didáticos quanto ao ensino de História

Antiga, como já foi pontuado pelas professoras Neide Theml e Regina Bustamente, onde prevalece um discurso cristalizado de uma perspectiva eurocentrada.

Nesse sentido, consideramos urgente e necessária a organização de um dossiê que tenha discussões voltadas para o Ensino de História e contemple uma percepção de Antiguidade que não se restringia apenas a Grécia e Roma e que simultaneamente trabalhe com documentações de naturezas distintas sobre essa periodização, como cultura material, textos, epigrafias, entre outros.

Arianne Souza da Silva, em *“As Línguas-Clássicas: um breve panorama do seu início até a UFRJ”* demonstra como a cultura grega e romana se consolidaram na Antiguidade, ao ponto de serem consideradas pertencentes a uma Antiguidade Clássica, por conseguinte, possuidoras de Línguas Clássicas. O estudo, sistematização e aprimoramento do sistema linguístico dos gregos e romanos, ao ser observado nas gramáticas, epopeias, poesias, textos teatrais etc., demarca uma atuação política, estética, cultural e estabelece relações de poder, pois compreende-se a língua como uma ferramenta sócio-histórico-cultural que nos possibilita aprender sobre o mundo.

Ariane historiciza marcos importantes da relação das Línguas Clássicas com o Brasil, tais como: (i) através das caravelas portuguesas, em 1549 no Brasil, tem-se a história do ensino de Línguas Estrangeiras e do início da sistematização da educação brasileira, que começa com a expedição de Tomé de Sousa. Com a tripulação vieram os jesuítas, e aqui nos trópicos começaram a ensinar o Latim, o Grego e o Português / (ii) o currículo das escolas jesuítas abarcava o estudo dos clássicos, língua e literatura, passando pelo filtro dos dogmas cristãos / (iii) os bacharéis formados pelo Colégio Pedro II (criado em 1837) tinham um conhecimento aprofundado em Língua e Literatura Latina, Língua e Literatura Grega / (iv) no ensino, a partir da proclamação da República, em 1889, os estudos clássicos eram vistos como ornamentos, sem uma necessidade pragmática para se manter no currículo / (v) com o surgimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, nos anos 1930, houve uma proliferação dos cursos de Letras Clássicas / (vi) em 1942, a Reforma Capanema fez com que os estudos clássicos fossem valorizados em toda a educação secundária / (vii) em 1954, foi criada a primeira Associação de Estudos Clássicos do Brasil por iniciativa do Prof. Dr. Robert Henri Aubetron / (viii) em 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), os estudos clássicos e outras disciplinas tornam-se optativas, o que levou os clássicos ao quase desaparecimento / (ix) em 1971, tem-se o reinício das atividades das Letras Clássicas com a regulamentação dos cursos de pós-graduação na USP e na UFRJ / (x) nos anos 80, foi criado a SBEC - Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos - impulsionando, até hoje, a existência de pesquisas, congressos, seminários, colóquios e jornadas sobre os estudos na área dos clássicos.

Ariane faz menção da inauguração em 1968, do Departamento de Letras na antiga Faculdade Nacional de Filosofia e, após 1985,

passando ao Campus Universitário da Ilha do Fundão como Faculdade de Letras, onde encontra-se até hoje. Os fluxogramas da Licenciatura e do Bacharelado das Letras Clássicas na UFRJ comportam disciplinas e atividades acadêmicas que englobam as áreas de linguísticas, literaturas e línguas, sejam elas vernáculas, clássicas e estrangeiras. Os cursos de Mestrado e de Doutorado inserem-se na Área de Conhecimento de Culturas da Antiguidade Clássica. A UFRJ é uma instituição referência aos Estudos Clássicos no Brasil.

Por fim, a autora menciona como a linguagem é uma ferramenta e resultado da atividade humana que deve ser entendida como uma condição social da própria sociedade e, por isso, deve ser analisada como um veículo para se aprender sobre o mundo, afinal, a língua é lugar de memória de um povo.

Bruno Santrovitsch da Silva e Thamis das Graças Pereira em *“Antiguidade, tradição clássica e Extrema Direita: identidade e o lugar do ensino de História Antiga no Brasil”*, discutem a relação dos usos da Antiguidade Clássica pelos movimentos de Extrema Direita, para isso, analisam a relação do uso da História Antiga para a construção de uma ‘identidade ocidental’. Os autores refletem sobre os desafios ao ensino de História Antiga, em especial na Antiguidade Clássica, ao que tange aos enfrentamentos por eles apresentados.

Bruno e Thamis demarcam historicamente um ponto axial para o entendimento de os clássicos como referencial para a identidade europeia – o Renascimento, que ultrapassa a ideia de retomada da Antiguidade Clássica, pois instaura uma nova relação com a Antiguidade. Os autores ainda destacam que, a disciplina História Antiga (Antiguidade Clássica) tem aspirações universais, etnocêntrica e com viés moralizante para a pretensa edificação do ser humano.

Os autores relacionam a formação da identidade nacional brasileira a partir de lastros de uma herança traditiva vinculada à Antiguidade Clássica. Assim, como também apresentam a relação entre a II Guerra Mundial e a utilização simbólica de elementos da Antiguidade Clássica, como exemplos: (i) o uso do *fasces*, proveniente da Roma Antiga, ter sido utilizado pelo fascismo italiano ao ponto de vir a emprestar a terminologia que denominaria este movimento de Extrema Direita radical: o fascismo / (ii) Hitler enaltece a cultura espartana, sendo exemplo de Estado e racialidade para a história humana / (iii) a letra grega lâmbda presente nos escudos espartanos pode ser verificada por grupos de Extrema Direita franceses / (iv) a utilização da democracia ateniense antiga servindo de base moral e histórica aos teóricos liberais escravistas do Sul confederado, durante a Guerra Civil Americana, que buscavam justificar o convívio entre uma suposta democracia e a escravidão empregando como paralelo o modelo ateniense.

Os autores questionam as apropriações da Extrema Direita na utilização indevida da Antiguidade Clássica, cabendo aos profissionais da História um posicionamento contundente e contrário as tais tradições inventadas. Neste sentido, o estudo e o ensino de História Antiga no Brasil detém uma responsabilidade moral e devem se mostrar engajados nas disputas e problemáticas postas pelo tempo atual. Eles terminam com uma reflexão, que ao mesmo tempo é um convite: que os usos, desusos e abusos da Antiguidade Clássica encontrem um fazer historiográfico sério, combativo e responsável.

Catiane Caroline Dâmaso Ferreira e Mariana Bonat Trevisan em “*O heavy metal no ensino de História e o medievalismo: uma análise do álbum Temple of Shadows do Angra*” analisam o uso do Heavy Metal no ensino de História, com foco no álbum *Temple of Shadows* da banda Angra. Para tal, demonstram que a música pode ser mediada por

elementos didáticos e pedagógicos nos processos de aprendizagem e no ensino de História, pois a canção possibilita ao aluno perceber o contexto e os problemas existentes no período estudado.

Segundo Catiane e Mariana, o Heavy Metal é um estilo no qual, temáticas históricas se fazem muito presentes em suas composições; a incorporação desse gênero musical em sala de aula pode ser uma estratégia eficaz de aprendizagem histórica. Elas analisaram o álbum *"Temple Of Shadows"*, lançado em 2004 e retrata a história de um cavaleiro cruzado (o Caçador das Sombras) em sua aventura permeada de drama, questões religiosas/espirituais e amorosas. A banda traz o medieval para o contexto musical. As letras abordam questões como os princípios morais dos portugueses, a busca por riqueza material, fama e a banalização da vida. Além dos elementos místicos como fé, divindade e redenção, o álbum se baseia historicamente nas Cruzadas, um marco da Idade Média.

O artigo ao analisar o álbum *"Temple Of Shadows"* do Angra, propõe: (i) trabalhar o tema sobre as Cruzadas como ferramenta didática para o ensino de História / (ii) examinar o uso do Heavy Metal como recurso educacional / (iii) identificar que o álbum debate as inconsistências dos conflitos no Oriente Médio, refletindo sobre o uso do discurso religioso para promover ódio e repressão, temas que podem ser discutidos em contextos atuais, como os conflitos em Israel e Palestina.

Fábio Frohwein de Salles Moniz em *"Breves considerações sobre a punição de escritores e a censura de livros na antiguidade"* apresenta a prática de punição de autores de obras literárias e da censura de livros ao longo da Antiguidade, evidenciando como diferentes sociedades e instituições moldaram e justificaram o controle sobre a produção e circulação de obras impressas. Segundo Fábio, nunca houve um modelo

único para o controle de livros na história do Ocidente, ou seja, de censura, pois em cada momento/espço em que se materializa a censura, relaciona-se com as especificidades da sociedade onde ela se manifesta.

Para Fábio, desde os gregos, autores foram perseguidos em momentos históricos distintos, por motivos variados, quer na tão celebrada democracia ateniense, quer nas mais sombrias dinastias de imperadores romanos. Ele apresenta uma série de episódios que fazem referência sobre a censura, dentre esses: (i) de maneira geral, a cultura helênica, em seu áureo período, caracterizou-se pela liberdade de pensamento e a censura era frequentemente associada à autocracia / (ii) Frínico (535 - séc. V a.C.), que encenou sua tragédia *O saque de Mileto* em 492 a.C., levando o público ateniense às lágrimas – porém aqueles que ficaram irritados, fizeram com que Frínico fosse punido com uma multa de mil dracmas e proibiram que a obra fosse encenada novamente / (iii) embora os romanos não tivessem uma lei específica para censurar autores e livros, o crime de *perduellio* (traição) serviu como parâmetro para essa tipificação legal / (iv) a *auctoritas* (autoridade de classe) dos magistrados da República pode ter sido suficiente para dissuadir a escrita crítica contra os contemporâneos – a própria *auctoritas* exercia poder de *reprehensio*, uma espécie de censura legítima / (v) o decreto senatorial de 8 d.C. sobre traição ajudou o imperador a levar adiante sua vingança contra insultos que Severo teria proferido em seus discursos, conseguindo condená-lo ao banimento para Creta / (vi) Tito Labieno (c. 100 - 45 a.C.) teria sido o primeiro autor cujas obras foram proscritas com base na lei contra traição / (vii) Timágenes (séc. I a.C. - ?), historiador grego, destruiu trechos de sua narrativa histórica que diziam respeito a Augusto, pois o imperador ficou desagradado com certas passagens que considerou ofensivas a si e a sua família / (viii): o fabulista

Caio Júlio Fedro (30/15 a.C. - 44/50 d.C.) foi punido por escrever versos ofensivos a Lúcio Élio Sejano (20 a.C. - 31 d.C.), prefeito pretoriano do imperador Tibério Cláudio Nero César (r. 14 - 37 d.C.) / (ix) o caso extremo de censura sob o governo de Domiciano é o do historiador Hermógenes de Tarso (séc. I - séc. I d.C.), executado devido a “alusões incautas” / (x) nos séc. II e III d.C., registram-se casos de censuras a cristãos, que, já em 35 d.C., haviam sido proclamados seguidores de uma doutrina *strana et illicita* conforme decreto do Senado romano / (xi) Esperato, um cristão de Scillium, foi executado em 180 d.C. porque tinha em sua posse livros e cartas de Paulo / (xii) o Concílio de Éfeso (431 d.C.) condenou os escritos do monge Nestório / (xiii) o papa Leão I (r. 440-461) reforçou as proibições das obras de Porfírio, Eunômio, Maniqueu, Orígenes de Alexandria (185 - 253 d.C.).

Desde a Antiguidade, observam-se punições e censuras quando o poder instituído sente-se ameaçado. Ferramentas foram utilizadas para manter o poder e controlar a disseminação de ideias consideradas perigosas ou subversivas.

Felinto Pessoa de Faria Neto em “*O poder do Estado sobre a memória – a construção da identidade nacional brasileira: a historiografia e o IHGB*” demonstra os interesses de o Estado Imperial Brasileiro e de uma elite aristocrática em construir um projeto de nação, nacionalismo, padrão estético, monetário e educacional. Para isso, estabeleceram proximidade ética e estética com a Antiguidade Clássica Greco-Romana, afinidade histórica e administrativa com a burocracia do Estado Português e com modelos de nacionalismos europeus. Os personagens engajados na formação desta identidade nacional eram membros de uma elite branca machista, cristã e racista.

Este projeto conseguiu adulterar o passado, silenciar vozes e artificializar o presente, ancorado em uma pseudo-veracidade baseada na cientificidade e na intelectualidade. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) atende à agenda de interesses do Estado, sendo responsável pela construção de uma história oficial/artificial baseada em “fundamentações históricas” e oficializada pelo Estado. Segundo Felinto, a construção de o Estado brasileiro ocorre em paralelo com a formação de campos de poder, contribuindo para a consolidação de organizacionacidade do universo cultural, unificando códigos, patronizando o sistema linguístico, construindo um sistema educacional e adotando um padrão monetário. Busca-se na construção e reprodução de referenciais culturais, a idealização da homogeneidade nos elementos de identificação que perpassam as vivências e experiências no cotidiano, em especial, a linguagem burocrática estatal. Isto produz um sistema de representações coletivas que vão se interiorizando e formando uma identidade nacional. Segundo o autor, o projeto colonizador luso no Brasil setecentista mediado por um viés mercantilista do território colonial se reconfigura no Brasil oitocentista independente, adotando novas estratégias ao promover um Estado imperial com um *ethos* civilizatório e regulador da sociedade. O poder do Estado constrói um discurso persuasivo promovendo a subordinação de grande parte da população.

As narrativas históricas pós-independência formam uma historiografia alinhada aos interesses do Estado. As bases ideológicas sobre a nação – nessa transição política – reafirmaram o autoritarismo, conservadorismo político e a manutenção das hierarquias e privilégios. A ideia de progresso alinha-se ao discurso nacionalista, que constrói um ideal de civilização, que se materializaria a partir de uma elite política, intelectual, econômica e modernizante em detrimento do povo

marginalizado, esquecido e silenciado, que faz parte do apêndice da biografia da nação. O IHGB, a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), o Colégio Imperial Pedro II e a Biblioteca Nacional são instituições de Estado e foram essenciais para o projeto de nação brasileira no século XIX, pois produziram um saber alinhado ideologicamente à monarquia.

Relacionam-se os interesses da monarquia imperial, formação de uma identidade nacional, interesses de uma elite aristocrática e uma narrativa científica sob a chancela de uma história oficial. Francisco Rocha em *“Alexandre “o Grande” era gay? Memória e instrumentalização do passado: anacronismos e distorções sobre Alexandre III, da Macedônia”* busca desconstruir narrativas e noções equivocadas, que se materializam em distorções e anacronismos sobre Alexandre, o Grande. Este macedônio em 327 a.C., chegou a conquistar parte do mundo até então conhecido, anexando territórios desde a Macedônia, perpassando pelo norte da África e chegando até a Índia. Autores da Antiguidade narram seus feitos e torna-se essencial analisar a conjuntura/contexto da escrita da biografia de Alexandre, e, segundo Francisco, é importante esclarecer que a construção da imagem de Alexandre ocorre como um produto, fruto dos tempos históricos e das demandas político-culturais da época de Roma.

Segundo o autor, a figura de Alexandre é forjada não a partir do século IV a.C., e sim no século I d.C, em um contexto imperial romano. Neste sentido, busca-se distinguir: (i) o contexto histórico de Alexandre, (ii) como ele é compreendido no contexto imperial romano, (iii) as apropriações e usos do passado de Alexandre na contemporaneidade.

José Petrúcio de Farias Junior e Gizeli da Conceição Lima em *“Usos do passado e ensino de História: reflexões sobre a presença da literatura antiga na narrativa escolar brasileira no período oitocentista”* analisam a

presença da História Antiga em compêndios de História Universal oitocentistas, problematizando as construções de representações sobre a Antiguidade veiculadas a jovens secundaristas, com destaque às intencionalidades subjacentes a essa narrativa escolar, observando as reformas educacionais de 1854 a 1912. Para isso, os autores destacam: (i) não deve-se dissociar o uso de compêndios, ou manuais de ensino de História, da implementação de políticas educacionais curriculares em curso / (ii) de 1854 a 1878 observa-se a implementação de programas de ensino mais conservadores do ponto de vista do estabelecimento de uma educação cristã, caracterizada, por conseguinte, pela conciliação entre a história sagrada e a chamada história civil ou profana / (iii) de 1878 a 1912, averigua-se o avanço de um ensino de história mais questionador em relação à 'história sagrada' (iv) com o início do funcionamento do Imperial Colégio Pedro II até 1878; "história sagrada", "história universal" e "história pátria" conviviam harmonicamente nos programas de ensino da instrução pública secundária / (v) a Reforma de Leôncio de Carvalho, de 1878.

Segundo os autores, observa-se a instrução pública para a propagação de uma língua nacional, de um território nacional e de um passado exemplar e justificador do presente, demarcando esforços pela padronização de programas de ensino bem como controle e vigilância do que se ensinava nas diferentes etapas escolares.

E neste ambiente, a Antiguidade Clássica, nos oitocentos, tornou-se um dos mais importantes "núcleos" desse novo universo interpretativo, descrito nos compêndios do ensino secundário, com uma função e importância ímpares na atribuição de sentidos ao passado; assim como a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro teve um papel muito importante na construção dos escritos históricos, suas visões e

interpretações em relação à busca pela formação do sentimento de pertencimento à nação.

José Petrúcio de Farias Junior em *“História Antiga em manuais de ensino de História oitocentistas e a produção de uma identidade nacional”* concebe a narrativa histórica escolar, como outros discursos, como produto cultural marcado por interesses e objetivos subjacentes a projetos de poder institucionais. Frente a isso, dedicou-se aos estudos de dois compêndios de História Universal situados entre as reformas educacionais de Couto Ferraz (1854) e Leôncio de Carvalho (1878). Tais compêndios contribuíram para justificar, pela autoridade e exemplaridade do passado, e fomentar práticas político-culturais que estimulavam a construção de uma identidade nacional alinhada aos anseios políticos do Império do Brasil. Para isto, inevitável a relevância dos conteúdos de História Antiga na formação básica, tendo em vista as políticas públicas educacionais e seus esforços pela redefinição dos currículos escolares.

Para o autor, torna-se imprescindível analisar as formas históricas da História do Cristianismo no Império Romano, a partir dos compêndios de História Universal de Victor Duruy (1865) e Pedro Parley (1869), adotados após a reforma educacional de Couto Ferraz (1854) para a instrução pública secundária. Ainda salienta que: (i) é preciso considerar que não só a estrutura organizacional escolar, mas principalmente as ideias e costumes franceses inspiravam as elites brasileiras. D Pedro II declarava ser a França a pátria de sua inteligência e o Brasil a pátria do seu coração e nascimento / (ii) para além da perspectiva eurocêntrica, destacou que o fomento à educação religiosa de cunho cristão era uma característica marcante entre as reformas de Couto Ferraz (1854) e Leôncio de Carvalho (1878) / (iii) reconhece que a historiografia acadêmica moderna tem suas raízes numa percepção temporal marcadamente

teológica, conectada à cultura judaico-cristã / (iv) não pode-se esquecer de que o Império do Brasil identifica-se com a Roma Imperial em muitos aspectos, entre os quais destaca-se o caráter aristocrático da gestão pública, a presença da escravidão ou de formas de patronato como base das relações interpessoais, a manutenção da unidade político-administrativa de um território imenso e plural, a emergência do cristianismo que se tornou religião oficial do Império bem como a legitimidade do poder autocrático do *dominus* que pode ter inspirado o poder moderador / (v) muitos tradutores dos compêndios de História eram religiosos (fieis católicos ou clérigos), além disso, o ICPH, assim como muitos liceus provinciais, contou com a presença de professores religiosos em número significativo / (vi) por meio da instrução pública, especialmente via ensino de História Antiga, constrói-se um horizonte moral que integra a sociedade imperial em torno de valores e de princípios cristãos.

Josué Berlesi em “A “*História Sagrada*” no Brasil: uma análise da influência religiosa no ensino básico e os desafios para o estado laico” analisa como a naturalização do discurso religioso na escola brasileira e na sociedade representa um risco para a democracia. Em alguma medida a “*História Sagrada*” ensinada no período imperial ainda possui certa permanência em nossos ambientes educacionais contemporâneos. Esse cenário se torna ainda mais complexo com a relação visceral entre política e religião no Brasil atual, o que demanda uma análise mais aprofundada da Teologia do Domínio e de como a mesma representa um risco para a nossa democracia. Segundo o autor: (i) é importante demarcar historicamente que o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) foi contemporâneo do Colégio D. Pedro II e ambos se alinham com a missão de forjar uma identidade nacional ao país / (ii) antes mesmo da constituição do mencionado colégio, as discussões

parlamentares na primeira década do Império apontavam para uma concepção de História enquanto disciplina auxiliar do ensino religioso / (iii) a dimensão curricular da História Sagrada incluiu um claro teor proselitista / (iv) a narrativa bíblica era interpretada com dupla função: documento histórico autêntico e bússola moral para o corpo discente / (v) ainda com o advento da República e com a decorrente separação entre Estado e igreja, houve certa permanência da centralidade do relato bíblico no ensino escolar, especialmente no que se refere ao estudo do chamado Antigo Oriente / (vi) percebe-se considerável permanência da tutela católica sobre o ensino de História mesmo no período republicano.

Para Berlesi, a escola brasileira no século XXI, supostamente laica, ainda atribui uma centralidade à informação bíblica em determinados temas, ao que tange o ensino de História. Torna-se importante ao profissional da História ser uma fonte de reflexão da importância da laicidade para a manutenção da democracia, que é um desafio que perpassa pela adequação do ensino de História, o qual não pode referendar narrativas religiosas como se estas fossem relatos históricos autênticos. O projeto político daqueles que agem sob o abrigo da Teologia do Domínio implica aproveitar a liberdade religiosa garantida pelas democracias até alcançarem força majoritária para controlar politicamente a nação.

Juliana Batista Cavalcanti em “*Atos de Tomé. Tradições inventadas e interações culturais na Ásia*” analisa como o texto de Atos de Tomé recupera o momento em que os apóstolos, após a morte de Jesus, estariam reunidos em Jerusalém e debatendo sobre a distribuição de áreas de atividade missionária. Tomé ficou com a responsabilidade de atuar na Índia. O personagem é descrito como alguém que estava inicialmente temeroso, mas depois de uma experiência com o Jesus

ressuscitado, Tomé acabou por aceitar e partiu para uma viagem permeada de ações e atos fantásticos. A documentação datada do século terceiro e com circulação ainda entre os séculos V e VI EC, se insere num gênero bastante conhecido na literatura cristã e para além dela: atos ou romances históricos. O objetivo de Juliana é refletir sobre o contexto de formação do texto e os diálogos estabelecidos com o seu lugar de circulação, possibilitando vislumbrar elementos como construções de identidades e circularidade cultural.

Segundo a autora: (i) o movimento do Jesus de Nazaré desde o início foi difuso, disperso e plural. Todo e qualquer esforço visando estabelecer um modelo singular e único do Cristianismo foram realizados por lideranças cristãs da autoproclamada ortodoxia / (ii) há um descompasso entre o nazareno e o que se fala e vive sobre o Jesus ressuscitado / (iii) o *corpus* cristão (canônico e extracanônico) deve ser lido como um conjunto de textos literários próprios de seu tempo / (iv) observar as dicotomias entre historicidade e ficção da natureza do texto, o que tem levado, em alguns casos, a uma posição intermediária (como foi feito no caso dos Evangelhos) / (v) ainda que Atos de Tomé prove ser um conto completamente ficcional, sem a menor base histórica, ainda existe uma necessidade (como alguns estudos recentes têm enfatizado) para colocar o Evangelho de Tomé, no contexto da uma ampla tradição tomezina, de modo a responder a perguntas sobre a localização e extensão do grupo que produziu estas obras e a sua teologia em torno do nome de Tomé.

Juliana destaca, dentre os estudos sobre Tomé, autores que compreendem que a tradição tomezina é fruto de rotas comerciais marítimas provenientes: (a) da Síria e do Pérsico e (b) Egito e mar Vermelho. Essas rotas estavam ativas desde o século I EC. Apesar de reconhecerem que a evidência arqueologia mais antiga para o

cristianismo indiano seja datada do ano 372 EC. Tais autores entendem que essas rotas teriam possibilitado, senão a chegada de Tomé, ao menos um fluxo migratório muito antigo de grupos cristãos que reivindicavam uma memória deste apóstolo. Isso teria levado os mesmos a se situarem como a chegada de Tomé ou da tradição tomezina no sul da Índia por volta do ano 52 EC. Para as pesquisas no campo de Ensino de História do Cristianismo, o olhar crítico sobre o gênero atos pode ser útil no processo de desconstrução da produção de biografias e livros de história entre os primeiros cristãos. Esse olhar crítico corrobora para a percepção de como o “passado ocidental” está envolto de tradições inventadas sobre o Cristianismo e os primeiros cristãos.

Adilza Bandeira da Silva e Renato Pinto em *“Representações do classicismo no novo Recife: o projeto de embelezamento civilizatório”* atestam o presentismo da Antiguidade Clássica, apontando os elementos da cultura Greco-Romana presentes na remodelação da cidade do Recife no início do século XX. Contudo, percebem que a remodelação não se tratava apenas de um projeto de embelezamento, mas de uma política civilizatória que buscava moldar o caráter das pessoas através dos espaços públicos. Durante os séculos XIX e XX, o Brasil passou por um processo de “modernização” que visava adaptar o cenário brasileiro ao caminho do desenvolvimento.

Para os autores: (i) no período em que a modernização foi pensada para o Brasil, o Ocidente vivenciava um movimento de exaltação da cultura clássica despertada desde o Renascimento / (ii) houve apropriação de uma estrutura arquitetônica que, influenciou o modo de vida e no caráter das pessoas / (iii) mais que reorganizar as vias da cidade, buscava-se conferir-lhe um quê de “civilidade”, (iv) a influência clássica esteve presente na projeção de uma cidade “nova” através da arquitetura imposta nos espaços do Recife / (v) o processo de

higienização foi também importante à medida que os debates sobre saúde e higiene pretendiam mudar o comportamento e os costumes da população / (vi) a articulação entre a estética da cidade, a modulação do pensamento e comportamento dos cidadãos estavam inseridos em uma grande proposta de 'missão civilizatória'.

Para Adilza e Renato, de 1922 a 1926, a modernização é a grande marca do governo no estado e as obras iniciadas para alcançar o status de moderno são sempre divulgadas como símbolo da melhoria da qualidade de vida e de preocupação do governo com o bem-estar da população. A questão higiênica constituiu um dos principais fundamentos utilizados para justificar as modificações urbanas. A preocupação com a saúde é o elemento motor decisivo para melhorar as moradias e os espaços urbanos.

O Projeto Novo Recife está inserido no contexto de modernização recorrente em todo o país. Era preciso que as novas cidades oferecessem aos moradores espaços urbanizados, seguindo a tendência das grandes metrópoles.

Victor Veloso Santos em *"A queda da Antiguidade – crise, identidade cultural e um novo percorrer curricular"* trata do atual momento do estudo de Antiguidade no Brasil, sua relevância para a formação identitária e tenciona as reflexões sobre o tema no currículo formal brasileiro. Ressignificando a ideia em Antiguidades e, em foco, uma Antiguidade do mar Mediterrâneo. O artigo trata de maneira objetiva sua importância para a formação identitária do alunado brasileiro. Para isso, importante observar que, as consolidações de políticas predatórias europeias em todos os demais continentes; os europeus consolidaram sua forma de fazer ciência e, através dela, da criação de uma educação formal científica, a qual se espalhou pelo

globo e, até os dias atuais, é reproduzida, tanto em termos estruturais como em construção de narrativas.

Segundo o autor, busca-se elucidar questões envolvendo a Antiguidade, no singular, enquanto um conceito em crise, a construção de identidades plurais culturais no Brasil e de como isto pode ser trabalhado no currículo como prescrição brasileira visando um futuro possível do currículo se tornar um currículo como narrativa. Ainda destaca que: (i) o estudo de uma “História Antiga”, com ênfase no que se veio a se chamar de “História Antiga Clássica” foi uma forma de consolidação de narrativa em torno de uma elite intelectual, política e/ou financeira / (ii) o empoderamento do alunado brasileiro possibilita a reflexão a partir do presentismo hartoguiano, assim como narrativamente possibilita a quebra de correntes coloniais, ressignificando conhecimentos de imaginário de um “passado” vivo em realidades tangíveis / (iii) uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu 'poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade'.

Para Victor, refletir a crise das Antiguidades no currículo brasileiro e de como estas, em especial a Antiguidade do mar Mediterrâneo, são importantíssimas não somente para o ensino de História, mas para o educar humanizado como um todo.

Ygor Klain Belchior em “*Radicalização e usos do passado: a Esparta brasileira*” demonstra como a Extrema Direita é um espectro político que abrange grupos que propõem rupturas com a ordem democrática, defendendo uma estrutura nacionalista, cristã e conservadora. Para isso, analisa como esses extremistas se apropriaram do passado espartano, visando a radicalização dos jovens. Destaca como as autoridades competentes, em muitos momentos, subsidiaram a História escolar para trazer glória aos governos, apontar objetivos

nacionais, raças, sexos (ou gêneros) apropriados para o país – constrói-se uma História disciplinadora. Para o autor: (i) esse tipo de História nacionalista e excludente influencia diretamente a vida cotidiana / (ii) o conteúdo escolar acaba sendo o principal responsável pela noção de História que os indivíduos possuem e serão dificilmente revisitados / (iii) a História apresentada de forma pública como “usos do passado”, são produções focadas em interesses do seu próprio tempo, a exemplo do nacionalismo e dos demais valores de uma época / (iv) atualmente, os pesquisadores do ensino de História Antiga preferem abordar a Grécia a partir da sua integração com as demais civilizações mediterrânicas, o que incluiria as populações da Europa, da Ásia e da África, isto é, regiões que possuíam muito contato com cidades-estados gregas / (v) a História, em particular, a nacionalista, constrói uma narrativa de Extrema Direita, que é utilizada como estratégia de propagação ideológica. Como exemplo, a figura do *troll* – alguém que introduz temas polêmicos sempre em um jogo dúbio, entre o que é brincadeira e o que é sério. Ou seja, alguma pessoa que, ao falar de conteúdos “históricos”, na verdade, introduz “comentários racistas, homofóbicos ou machistas / (vi) observa-se um discurso de sacrifício de uma minoria valorosa (conservadora e cristã) contra uma maioria corrompida (comunistas, movimento negro, feministas e os LGBTQIA+); que em nome da pátria/patriotismo observa-se conexões diretas com a luta política dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (durante as eleições de 2018, foram realizadas entre o então candidato à presidência Jair Bolsonaro e o filme *300* (2006) / (vii) na Europa e nos EUA a recepção da narrativa de Leônidas e seus espartanos baseiam-se em defesas “heroicas” de ideias racistas e nacionalistas, contrárias a imigrantes e a qualquer tipo de elemento estrangeiro – ou mesmo “bárbaro” – que ameace a supremacia do grupo considerado “valeroso”.

Segundo Ygor, observa-se nos últimos anos, o crescimento dos grupos da Extrema Direita no Brasil, assim como, a utilização de Esparta como exemplo da resistência heroica aos inimigos. Uma oposição bem demarcada pelo discurso “nós contra eles”. Essa militarização da Extrema Direita, com roupagens espartanas, não ficou restrita ao mundo da internet. Pode-se dizer que ela se materializou, mais especificamente, em janeiro de 2023, quando apoiadores de Jair Bolsonaro, inspirados nos terroristas norte-americanos, depredaram Brasília. Os historiadores precisam questionar as redes sociais assumindo posicionamento combativo de usos do passado na construção de narrativas extremistas, xenófobas e racistas.

Boa leitura!